ISSN 1646-4202

museal

N.º 3 | MAIO DE 2008 | REVISTA DO MUSEU MUNICIPAL DE FARO

Museus de fronteira.
Fronteira como museu.

Museus, fronteiras e… romanos

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO*

Palavras-chave: Epigrafia romana, divindades indígenas.

Key-words: Roman epigraphic monuments, indigenous divinities, Roman Lusitania

Resumo

Serão, quiçá, os museus de Arqueologia e, nestes, os monumentos epigráficos que, por veicularem uma língua universal, o Latim, e por obedecerem a cânones formais que por todo o Império romano se encontravam, mais significativos se apresentam da 'transfronteiridade' que se preconiza.

Documenta-se aqui a veracidade dessa afirmação com exemplos referentes à tipologia de monumentos epigráficos que existem dum lado e doutro da fronteira portuguesa; ao culto a divindades indígenas documentado em monumentos provenientes de Portugal e de Espanha; à utilização desses documentos para demonstrar jurisdições administrativas; à presença, cá e lá, de membros de famílias romanas ilustres quer pela cultura quer pelo poder económico.

Abstract

This article aims at showing how Roman epigraphic monuments are documents for their content, typology, cults to the indigenous divinities and the family, political and administrative relations they transmit. They are a really important source to realize that in the Roman time there was no such thing as a Cultural Border.

* Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e do Porto

* Center of Archaeological Studies of Coimbra and Universities.

As estelas funerárias romanas que se expõem, por exemplo, no Museu da Terra de Miranda não poderão ser cabalmente compreendidas se as não compararmos com monumentos de idêntico teor que constituem o acervo do Museu de León, por exemplo[1].

Destinadas a ser colocadas no topo da sepultura, detêm – na onomástica, na forma de identificar quem ali foi enterrado, no formulário e na decoração – semelhanças que apontam claramente no sentido de pertencerem ao mesmo ambiente sociocultural. Os epigrafistas e arqueólogos designaram-nas como «do tipo Picote», precisamente para assinalar a sua singularidade, que Alain Tranoy bem acentuou[2]: trabalhadas no granito, apresentam topo arredondado, num registo claramente distinto do do campo epigráfico, onde vem o epitáfio com os nomes, a idade com que faleceu, a fórmula propiciatória (*sit tibi terra levis*, «que a terra te seja leve»).

E é o topo que, na verdade, mais chama a atenção, pois se não resiste à tentação de vermos aí como que uma representação estilizada, simbólica,

do próprio defunto: uma coroa radiada em jeito de espiral, como que a dar-nos a sensação de movimento continuado, de continuidade entre a vida de cá e a vida do Além, um Sol ou um astro cuja dinâmica aquece uma eternidade... Depois, envolvendo-a, um colar (*torques*), também ele singelamente sugerido mais do que representado, como que a dizer-nos que essa 'condecoração' ou símbolo de estatuto – também patente, como se sabe, nalgumas estátuas de granito dos chamados «guerreiros lusitanos»[3] – fora outorgado para sempre!

2. Respeitaram os Romanos as divindades veneradas pelos indígenas. Uma atitude de estratégia política, mas também de sereno respeito pelo que há de mais íntimo na vida individual e colectiva.

Mostra-se, no Museu do Fundão, um altar dedicado *Bandi Vorteaeceo*, estranha designação, de significado para nós obscuro, por mais que as comparações de índole linguística com palavras pré-romanas (do gaulês antigo, de remotos radicais indo-europeus…) no-lo tentem explicitar. *Vorteaeceus* será, seguramente, epíteto de *Banda*, uma divindade genérica, que desta forma assinalaria as

[1] Cf. DIEGO SANTOS (Francisco), *Inscripciones Romanas de la Provincia de León*, León, 1986, inscrição nº 155 (p. 141), lám. CXIII (que, com a devida vénia, reproduzimos – Fig. 1).

[2] Cf. as páginas 349-350 que escreveu, a esse propósito, na sua obra monumental *La Gaîce Romaine*. Paris, 1981.

[3] SILVA (Armando Coelho Ferreira da), A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal, Paços de Ferreira, 2007, p. 304-309.

características específicas assumidas de acordo com o local e o povo que a venerava.

No caso vertente, sabemos que essa pedra, em jeito de miniatura de altar, com seu fóculo para as libações esculpido na parte superior, encontrada já na década de 40 do século passado na freguesia de Salgueiro desse concelho do Fundão[4], é o resultado do voto feito por *Reburrus Tancini*, ou seja, um indígena que se identifica bem à sua maneira tradicional: o nome próprio (Reburro) seguido do nome de seu pai («de Tangino»). Uma onomástica perfeitamente 'lusitana' – e designamo-la assim por ser predominante a sua ocorrência no território da Lusitânia romana. Os nomes foram, pois, latinizados e a fórmula consecratória, em sigla – V(*otum*) S(*olvit*), «cumpriu o voto» –, mostra bem essa interpenetração de culturas.

Mas guarda-se no Museu de Penamacor[5] outro altar, também ele dedicado à mesma divindade e procedente dos arredores, em que o dedicante já parece deter uma onomástica de teor mais eclético (digamos assim), porque – a superfície epigrafada está muito gasta… – poderá ter havido como que uma adopção dos clássicos *tria nomina*[6], de que apenas a leitura do cognome, *Felix*, oferece alguma segurança. De qualquer modo, registe-se que a grafia do teónimo é diversa, ainda que também não segura na terminação: *Vortiaecii*.

Em Montehermoso (Cáceres)[7] se encontrou um terceiro altar, em que, de acordo com a análise que o estado do monumento possibilita, o dedicante será igualmente um indígena, *Avitus* de seu nome, que terá mandado fazer o monumento em seu nome e, mui provavelmente, também em nome de seu pai, pois se consegue ler a expressão *patris sui*, 'de seu pai'. E, aí, a grafia já é outra: *Vortiacio*.

Vai ser publicado, com data de 2007, no *Ficheiro Epigráfico*, o estudo, elaborado por Jaime Río-Miranda Alcón e Mª Gª Iglésias Domínguez, de mais uma ara votiva, de granito, procedente de Cáparra e que actualmente se encontra na localidade de Valdeobispo (Cáceres). O dedicante é, de novo, um indígena, *Celtius Tongi*, Céltio de Tongo, e a divindade surge grafada *Vordiaecio*.

Temos, pois, aqui um exemplo sintomático desta interpenetração cultural, de âmbito religioso, num território hoje pertencente a dois países mas que era uno em tempo de Lusitanos. As diferentes grafias do teónimo – *Vorteaeceo, Vortiaecio, Vortiacio, Vordiaecio* – encontram justificação nas pronúncias diversificadas então existentes – como na actualidade ocorrem também em relação a palavras comezinhas, do quotidiano, nem sempre escritas da mesma forma quando o lapicida, mais ou menos letrado, as decide gravar na pedra. Curiosamente, por ser divindade bem conhecida, até a primeira parte do teónimo foi omitida, transformando-se em substantivo o que, em princípio, não passava de mero qualificativo.

4 Cf. José d'ENCARNAÇÃO, *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal*, Lisboa, 1975, p. 137-138.

5 Vide Fernando Patrício CURADO, «Ara a *Vortiaecius*», *Ficheiro Epigráfico* 13, 1985, inscrição nº 57.

6 No período romano clássico, os indivíduos de sexo masculino identificavam-se com três nomes: o primeiro, geralmente em sigla, era um dos 18 nomes mais vulgares (*Marcus, Titus, Lucius*…); o segundo (gentilício) referia-se à família; o terceiro, na verdade aquele que identificava mesmo o indivíduo, era o *cognomen*. A análise etimológica do *cognomen* (latina, grega, pré-romana) detém, como se calcula, grande importância documental.

7 S. HABA QUIRÓS, «La divinidad *Vortiacio*: Nuevos testimonios epigráficos hallados en la provincia de Cáceres», *Alcántara*, 19, 1990, 121-123.

3. Encontra-se, agora, no Museu Arqueológico de Moura, depois de ter sido retirado da parede, na vila, o pedestal de uma estátua de personagem sentada, com a seguinte inscrição a Agripina, mãe de Germânico:

[IV]LIAE ♥ AGRIPPINA[E]
[C(*aii*)] • CAE[SA]RIS ♥ AVG(*usti*) • GERMAN[I]
[CI] • MATRI • AVG(*usti*) • N(*epti*)
CIVITAS ARVCCITANA

A Júlia Agripina, mãe de Gaio César Augusto Germânico, neta de Augusto – a cidade Arucitana.

O dedicante é, pois, a *civitas Aruccitana*, naturalmente identificada com a vizinha Aroche. Já houve ocasião de estudar com algum pormenor esse monumento[8] e de chamar a atenção para a sua enorme importância documental no contexto histórico-geográfico em que se insere[9]; contudo, numa lógica 'transfronteiriça', talvez não seja despiciendo recordar a opinião de Helena Gimeno, que se tem debruçado sobre os manuscritos passíveis de trazer alguma luz sobre as circunstâncias e as causas que poderão ter levado uma pedra, seguramente pensada para o fórum de *Arucci*, a ser utilizada, em Moura, como material de construção, ainda que com a inscrição à vista, na cerca do convento das religiosas do Castelo.

Escreveu-me Helena Gimeno:

«La razón para el traslado del pedestal quizá haya sido demostrar que Moura hubiera pertenecido al territorio de Aroche en la Antigüedad y que eso podría explicarse en el marco de los litigios entre Castilla y Portugal por la frontera del Guadiana», com «las sucesivas asignaciones de Aroche y Moura a ambos reinos». Poderia ter-se «querido – con una inscripción – dar fe de que Moura, desde la Antigüedad, había pertenecido a Aroche y por tanto a Castilla». E nisso poderia ter havido uma intervenção dos Hospitalários que, em determinada altura, tinham ambas as localidades sob o seu domínio...

Estamos aqui, portanto, num contexto que não deixa de ser historicamente curioso: uma inscrição romana com menção clara de um topónimo antigo que politicamente se utiliza como argumento probatório a favor de uma das teses em presença.

4. Um epitáfio romano descoberto em Alter do Chão e guardado no Gabinete de Arqueologia camarário[10] documenta como, no século I da nossa era, detinha a família *Sentia* um elevado nível cultural, se tivermos em conta os cognomes que resolveu dar a dois dos seus libertos. A própria defunta, de origem indígena (pois se escreve que é filha de Tangino e Tangino é um antropónimo lusitano), chama-se Sência Laurila e os herdeiros são Sêncio Sádala e Sência Repentina.

Já tivemos ensejo de chamar a atenção para a originalidade desses três cognomes – Laurila, Sádala e Repentina; acrescente-se que, por informações que a Dra. Zlatozara Goceva, da Universidade de Sófia, gentilmente me comunicou, *Sadala* é mesmo um nome típico da Trácia[11] e não será sem alguma surpresa que, ao consultar a Internet, encontraremos o nome de Maria Lúcia Araújo Sa-

[8] Cf. José d'ENCARNAÇÃO, «Uma homenagem a Agripina», *Conimbriga*, 28, 1989, 157-167.

[9] Cf. José d'ENCARNAÇÃO, «O culto imperial na epigrafia da Lusitânia Ocidental: novidades e reflexões», in NOGALES (Trinidad) e GONZÁLEZ (Julián)) [edit.], *Culto Imperial: Política y Poder* (Actas do congresso realizado no Museo Nacional de Arte Romano, Mérida, 18-19.05.2006), Roma, 2007, 358-362.

[10] Vide Jorge ANTÓNIO e José d'ENCARNAÇÃO, «Epitáfio de *Sentia Laurilla*, de Alter do Chão», *Ficheiro Epigráfico* 81, 2006, nº 362.

[11] Mensagem enviada por *e-mail*, a 24 de Outubro de 2006, que sintetizo: Tem-se notícia de que os Sádalas foram uma dinastia trácia de uma região perto de Mesambria. Na literatura científica búlgara, há duas opiniões a seu respeito: segundo o Prof. Danov, é uma dinastia dos Sapeenos, tribo trácia; mas para o Prof. Mihailov são eles os reis dos Odrísios, cujo reino se localizava, de facto, perto de Mesambria, dado que existe um decreto de Mesambria donde parece poder concluir-se que estaria junto a cinco dos seus parentes. As inscrições que se referem a este reino são de finais do século IV e princípios do século III a. C. Há, porém, testemunhos da palavra como nome próprio trácio.

dala, investigadora brasileira; o seu apelido – tal como muitos outros nomes existentes naquele país (Eneias, Ulisses…) – reflecte a influência da cultura clássica.

Todavia, o que ora interessa sublinhar é o facto de uma elegante estela da vizinha cidade romana de *Ammaia* documentar também essa *gens Sentia* e de serem frequentes do lado de lá da actual fronteira os testemunhos dessa família, que terá, sem dúvida, exercido relevantes funções a «nível local, notabilizando-se também pelo seu elevado estatuto económico, a darmos fé aos monumentos que dela nos restam»[12]. Curiosamente, vamos encontrar esse gentilício também na região oriental do Império: Marjeta Kos mostrou-nos fotografia do altar dedicado à divindade *Belenus* por L. *Sentius Forensis*, identificado em Celeia (= Celje)[13].

Gente culta, portanto, de um lado e do outro, representada em documentação existente nos museus de cá e de lá.

5.

Mas gente houve – ainda em tempo de Romanos – de que nos perdurou memória predominantemente nesse domínio da actividade económica, não necessariamente ligado ao exercício de funções políticas.

É o caso do *Caprarius*, cuja família – ou ele próprio – terá erguido no (actual) território de Estremoz, mais concretamente na Herdade de Granaria, Veiros, um jazigo de alguma dimensão arquitectónica, a julgar pela placa (dimensões: 62 x 105 x 10) que nele terá sido aposta e que se mostra, hoje, no Museu de Évora[14]. Identifica-se como *L(ucius) Marius Caprarius* (Fig. 5), não deixando de sublinhar a sua condição de cidadão romano inscrito na tribo Papíria, que é a da capital da Lusitânia, a vizinha Mérida (*Emerita Iulia Augusta*).

Note-se que este e outros testemunhos de cidadãos inscritos nessa tribo encontrados no território português têm sido apresentados – e não sem razão – como argumentos a favor de uma extensão do território (em latim, *ager*) emeritense até para bem dentro da margem direita do Guadiana, ou seja, numa tónica actual inteiramente 'transfronteiriça'. Aliás, o estudo dos limites e das fronteiras antigas é, sintomaticamente, um tema recorrente na actualidade, quando, na verdade, perante a globalização e a existência de uma Europa a uma só economia (como se proclama) e sem fronteiras seria passível de não o suscitar…

6.

No que concerne ao limite sul de Portugal, a fronteira aí é o oceano e poderia pensar-se que este seria mais empecilho do que meio de ligação. Todos os investigadores, porém, são unânimes em sublinhar que, também aí, o mar não separou, antes facilitou os contactos com o Norte de África desde recuadas eras e, de modo especial, em tempo de Romanos[16].

E aí estão, mais uma vez, as epígrafes para o demonstrar, quer na onomástica quer, sobretudo, no que se refere aos modelos decorativos dos monumentos.

Mostra o Museu Municipal de Faro sobejos testemunhos de uma decoração vegetalista funerária que encontra bons paralelos nas estelas da actual Tunísia, por exemplo. Tivemos ocasião de o demonstrar em relação a uma das peças recentemente identificadas nas reservas do museu[17] e mais testemunhos se poderiam aduzir, como o caso de Gaio Blóssio Saturnino, que, natural de *Neapolis Africana*, foi eleito *incola*, isto é, habitante com estatuto especial de 'hospedagem', na cidade de *Balsa* (junto a Tavira), e assume, mais tarde, a tribo Galéria, que é a do território de *Pax Iulia* (Beja), para onde terá ido residir e onde, eventu-

12 Cf. MANTAS (Vasco Gil), «Novidades epigráficas de *Ammaia* (S. Salvador de Aramenha, Marvão), in Claudine AULIARD et Lydie BODIOU (dir.), *Au Jardin des Hespérides – Histoire, Société et Épigraphie des Mondes Anciens (Mélanges offerts à Alain Tranoy)*, Rennes, 2004, p. 87-105 (sobretudo p. 92-9, com mapa de distribuição das ocorrências deste gentilício na p. 96). Vejam-se, ainda, para a Lusitânia, M. NAVARRO CABALLERO y J. L. RAMÍREZ SÁBADA (coord.), *Atlas Antroponímico de la Lusitania Romana*, Mérida-Bordéus 2003, p. 297 (mapa 270) e, para a Península Ibérica em geral, ABASCAL PALAZÓN (Juan Manuel), *Los Nombres Personales en las Inscripciones Latinas de Hispania*, Múrcia, 1994, p. 218.

13 Cf. LOVENJAK, M., «Rimski napisi iz Celja, najdeni med 1991 in 2003», *Arheološki Vestnik*, 54, 2003, 331–368 (p. 335, fig. 4).

14 Vide José d'ENCARNAÇÃO, Inscrições *Romanas do Conventus Pacensis – Subsídios para o Estudo da Romanização* **[=IRCP], Coimbra, 1984, inscrição nº 461 (p. 542-543).**

15 Cf. José d'ENCARNAÇÃO, «A menção da tribo nas epígrafes – identificação e territorialidade», *Anas*, 15-16, 2002-2003, 127-131.

16 Cf. Vasco MANTAS, «O Atlântico e o Império Romano», *Revista Portuguesa de História*, 36 (2), 2002-2003, 445-467.

17 Cf. José d'ENCARNAÇÃO, «La persistance esthétique africaine dans la décoration des monuments épigraphiques romains de l'Algarve», *L'Africa Romana,* 16, Roma, 2006, p. 1939-1944.

almente, veio a desempenhar funções administrativas. Perdeu-se o monumento em que estaria exarada a inscrição, mas Frei Manuel do Cenáculo deixou dele um desenho precioso[18].

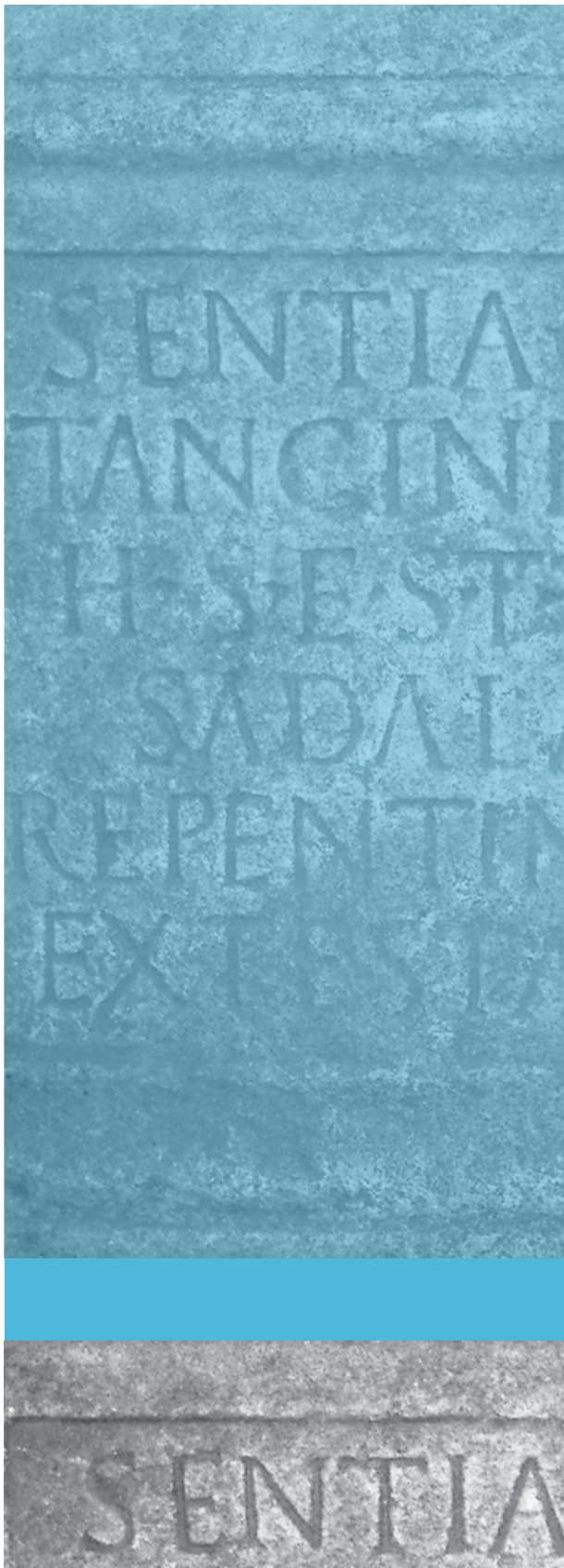
Balsa e *Ossonoba* desempenharam, durante muito tempo, importante papel como entrepostos portuários[19] e os monumentos epigráficos disso se fazem eco natural. De todos quiçá o mais vistoso seja o conhecido «mosaico do Oceano», patente no Museu de Faro, cuja inscrição (IRCP 35) alude, sem dúvida, à benemerência de quatro magistrados ou quatro armadores que expressamente quiseram que, no magnífico mosaico, ficassem gravados os seus nomes – para que não se olvidasse.

Conclusão

Museus de fronteira têm, naturalmente, agora, tendência a organizarem iniciativas comuns que proclamem a abolição económica e administrativa dessa fronteira.

Serão, quiçá, no entanto, os museus de Arqueologia e, nestes, os monumentos epigráficos que, por veicularem uma língua universal, o Latim, e por obedecerem a cânones formais que por todo o Império romano se encontravam, mais significativos se apresentam dessa 'transfronteiridade' que se preconiza.

Vimo-lo no que concerne à tipologia das estelas do Museu da Terra de Miranda; à presença do culto a divindades indígenas documentado em monumentos guardados em instituições de um lado e do outro da fronteira; à utilização de um desses documentos para demonstrar jurisdições administrativas; à presença, cá e lá, de membros de famílias romanas ilustres quer pela cultura (*os Sentii*) quer pelo poder económico (*Caprarius*, o rico negociante de gado caprino)… E não hesitámos em mostrar como não falávamos apenas de uma fronteira terrestre – que o oceano, afinal, também não constituiu barreira para o bom relacionamento entre os povos peninsulares e os da costa norte-africana.



[18] Cf. IRCP 294 e José d'ENCARNAÇÃO, «*L'Africa et la Lusitania*: trois notes épigraphiques», *L'Africa Romana,* 13, Roma, 2000, p. 1291-1298.

[19] Cf. Vasco MANTAS, «*As ciuitates*: esboço da geografia política e económica do Algarve romano», in *Noventa Séculos entre a Serra e o Mar*, Lisboa, 1997, p. 283-309.